



PODER

Blindagem a Eduardo expõe crise ética

PT recorre contra arquivamento de processo do deputado. Especialistas apontam impacto negativo com decisão do conselho da Câmara

» VANILSON OLIVEIRA

A decisão do Conselho de Ética da Câmara de arquivar o processo contra Eduardo Bolsonaro (PL-SP) abriu um racha de interpretações no meio político e jurídico. Enquanto parlamentares como Duda Salabert (PDT-MG) e Lindbergh Farias (PT-RJ) classificam a medida como “vergonhosa” e “desmoralizante” para o Parlamento, o presidente do colegiado, Fábio Schiochet (União-SC), defende que todo o rito processual foi seguido à risca e que, caso o processo siga para o plenário, as chances de reversão são mínimas. Já especialistas ouvidos pelo **Correio** avaliam que o episódio revela a crise ética.

Lindbergh Farias apresentou um recurso ao plenário contra o arquivamento. O documento reuniu 86 assinaturas de parlamentares, número bem acima das 52 exigidas pelo Regimento Interno. Segundo a justificativa, “o arquivamento sumário da representação criaria precedente gravíssimo, legitimando atos de deslealdade constitucional e desrespeito às instituições”. “Reverter essa decisão é, portanto, um ato em defesa da própria Câmara e do Estado Democrático de Direito”, completou.

Para Duda Salabert, as falhas do Conselho de Ética tiveram início com o episódio que originou o processo contra o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que usou uma peruca loira no plenário, em 2023, debochando de pessoas trans e de comunidades LGBTQIA+. “Tudo começou naquele momento de escárnio, de desrespeito às minorias. O arquivamento dessa representação é a prova de que a Comissão de Ética perdeu sua função institucional”, afirmou. A deputada destacou que pretende recorrer da decisão e protocolar um novo pedido. “Eu vou entrar novamente com o processo, porque não posso aceitar esse tipo de convivência com um parlamentar que trabalha contra sua nação e ainda é remunerado para isso”, disse ao **Correio**.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Apesar de trabalhar nos EUA por retaliações a instituições e autoridades brasileiras, Eduardo Bolsonaro foi protegido pelo Conselho de Ética

» Flávio sugere ataque no Rio

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) usou as redes sociais para sugerir ao secretário de Guerra dos EUA, Pete Hegseth, que “ajudasse” o Brasil no combate ao tráfico de drogas pela Baía de Guanabara, no Rio. Ele compartilhou uma publicação em que o secretário da gestão Trump informa que o Departamento de Guerra atacou uma embarcação de uma organização terrorista no Pacífico Leste. O senador escreveu: “Que inveja. Você não gostaria de passar alguns meses aqui nos ajudando a combater essas organizações terroristas?”.

O líder do PSB na Câmara, Pedro Campos (PSB-PE), afirmou que a decisão do colegiado representa “muitas coisas ruins”. “A primeira é permitir que um deputado, em exercício do mandato, trabalhe contra o seu próprio país. E isso é um absurdo. Ir para outro país e, no exercício do mandato, trabalhar por sanções que prejudicam os trabalhadores e empreendedores do Brasil é algo gravíssimo”, frisou.

Campos também criticou a falta de reação de setores da direita, que, segundo ele, “se acovardaram diante da família Bolsonaro”. “O que nós sentimos é que os próprios parlamentares de direita ficam envergonhados com a situação, mas não têm coragem de agir. Viraram verdadeiros reféns da família Bolsonaro e do deputado Eduardo Bolsonaro”, declarou. Por telefone, o deputado Fábio

Schiochet (União-SC) conversou com o **Correio** e defendeu a lisura do processo, ressaltando que o arquivamento foi legítimo. “Cabe a mim, como presidente do Conselho de Ética, garantir que o rito processual seja seguido da melhor forma possível, conforme determina o nosso Código de Ética. E isso foi feito. O relator apresentou um parecer preliminar pelo arquivamento, e, por 11 votos a 7, esse parecer foi aprovado”, destacou.

Ele observou, ainda, que eventuais recursos dificilmente terão sucesso. “Eles podem fazer um recurso regimental para o plenário. Agora, eu imagino que não vai ter sucesso algum, porque todo o rito foi seguido da maneira correta, conforme diz o Código de Ética e o Regimento Interno”, acrescentou. Um dos 11 deputados que votou pelo arquivamento foi Gilson

Marques (Novo-SC), que defendeu a decisão do Conselho de Ética, argumentando que a cassação de mandato por declarações públicas fere o princípio da liberdade de expressão parlamentar. “Não vejo motivo para cassar um parlamentar pelo que ele fala no exterior, ainda que alguns considerem besteira ou ‘ataque’. Esse era o objeto desse processo e da votação. Se formos cassar deputados pelo que falam ou supostamente prejudicam, teríamos que cassar quase todos. E se proibirmos político de falar o que pensa, como saberemos em quem votar?”, questionou.

Desgaste

Para especialistas, o episódio expõe a fragilidade das comissões de ética e o uso político das punições parlamentares, além de

reforçar o desgaste institucional do Congresso diante da sociedade. Professor de direito constitucional da FGV Direito SP, Rubens Glezer afirmou que o episódio é um “caso gritante de seletividade” dentro do Parlamento. “Estando dentro de um pacto político, os casos são arquivados. Estando fora, existe a sanção, sob o discurso de que há um padrão ético e reputacional a ser protegido. Essa instituição se pauta, principalmente, por esse tipo de relação política-partidária, e não pelo cumprimento de sua missão institucional”, acrescentou.

O professor criticou a atuação de Eduardo, por se aliar a outro país para arquitetar contra sua própria nação, o que, segundo ele, já é motivo de sobra para a cassação. “Ele, de forma não institucional, procura a maior potência bélica e comercial do planeta e estabelece uma relação que tentava blindar o relacionamento com o governo e com outros representantes eleitos do povo, para que essa potência exercesse sanções contra o país em benefício do seu grupo político. Isso não é compatível com o exercício da atividade representativa da população brasileira”, enfatizou.

O cientista político Leonardo Paz Neves, da FGV, classificou o arquivamento como um caso sem precedentes na história política brasileira. “Eu não consigo lembrar nenhum caso em que um deputado tenha se ausentado da Câmara durante tanto tempo e tenha permanecido. E não tenho lembranças de nenhum caso em que, com tamanha quantidade de evidências, um representante do Legislativo tenha articulado com um governo estrangeiro ações que atingem negativamente o Estado brasileiro”, observou.

Para Paz Neves, o caso é “chocante” e deveria ter tido desfecho oposto. “Quando o governo Trump está com tarifas, ele está atacando todo o Estado. O governo brasileiro teve que criar, no mínimo, um pacote de R\$ 30 bilhões para conter os efeitos dessas tarifas. O nome disso é o custo da família Bolsonaro”, frisou.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Morte de Vladimir Herzog marcou o declínio da ditadura militar

Há cinquenta anos, em 24 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi preso por agentes do DOI-Codi do II Exército, em São Paulo. Na manhã seguinte, apareceu morto em sua cela, vítima de tortura. A versão oficial de “suicídio” — sustentada por laudos forjados e uma foto grotescamente encenada — foi rejeitada pela sociedade. O crime, cometido em plena vigência do AI-5, rompeu o pacto de silêncio que sustentava o regime e marcou o início do seu declínio.

A brutalidade contra Herzog revelou o que muitos já sabiam, mas poucos ousavam denunciar: o terror de Estado operava de forma sistemática, exterminando opositores políticos. Dias antes, o jovem dirigente comunista José Montenegro de Lima, da Seção Juvenil do PCB, havia sido sequestrado e morto. Em 8 de outubro, o jornalista Orlando Bonfim Júnior, editor do jornal clandestino “Voz Operária”, membro do Comitê Central do PCB, sofreu o mesmo destino. Ambos foram assassinados com uma injeção letal, como outros 10 dirigentes do antigo PCB. Em janeiro de 1976, seria a vez do operário Manoel Fiel Filho, também morto sob tortura nas dependências do DOI-Codi.

Mas foi a morte de Herzog — um jornalista conhecido, com atuação na TV Cultura e na USP, e com vida profissional legal — que rompeu a muralha de medo. A reação foi imediata e ampla. No dia 31 de outubro de 1975, milhares de pessoas lotaram a Catedral da Sé para um culto ecumênico celebrado por Dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o pastor Jaime Wright, com o apoio decisivo do jornalista Audálio Dantas, então presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. A imagem de uma praça cercada por agentes do Dops e de fiéis orando em silêncio ficou gravada como símbolo de resistência civil à ditadura.

A comoção nacional obrigou o regime a recuar. Pouco depois, a execução de Manoel Fiel Filho levou o presidente Ernesto Geisel a demitir o comandante do II Exército, Ednardo D’Ávila Mello, e o chefe do Centro de Informações do Exército, Confúcio Danton de Paula Avelino. Pela primeira vez, o governo militar reconhecia, ainda que de forma indireta, que as execuções haviam ultrapassado todos os limites. O assassinato de Herzog se tornou, assim, um divisor de águas: o declínio do regime, com o início do processo de distensão lenta e gradual que culminaria na anistia e na

redemocratização, com a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1985. Foram 10 anos de lutas intensas pela democracia, com sucessivas vitórias da oposição nas eleições consentidas.

O caso Herzog também transformou a luta por memória e justiça. Sua viúva, Clarice Herzog, enfrentou décadas de batalhas judiciais. Em 1978, conseguiu uma sentença inédita condenando a União pela prisão, tortura e morte do marido — decisão confirmada anos depois pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que responsabilizou o Estado brasileiro por não investigar e punir os autores. Em 2013, o atestado de óbito foi corrigido, substituindo “asfixia mecânica por enforcamento” por “lesões e maus-tratos”.

Cinco décadas depois, as homenagens multiplicam-se. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da qual tenho a honra de integrar o Conselho Deliberativo, instituiu 2025 como o Ano Vladimir Herzog, reforçando o dever de lembrar. O Instituto Vladimir Herzog organiza atos, publicações e exposições, inclusive a recriação do culto inter-religioso na Catedral da Sé. É um movimento para que as novas gerações saibam o que aconteceu. A memória

é o antídoto contra o esquecimento e o autoritarismo. Hoje, a idade média na Câmara dos Deputados é de 49 anos, ou seja, a maioria nasceu depois do caso Herzog.

As atividades incluem o lançamento do documentário “A Vida de Vlado — 50 anos do Caso Herzog”, dirigido por Simão Schols e narrado por Chico Pinheiro, que estreia na 49ª Mostra Internacional de Cinema, na Cinemateca Brasileira. O filme reconstrói sua trajetória pessoal e profissional — da infância na antiga Iugoslávia, fugindo do nazismo, até o jornalismo engajado e a defesa da liberdade de imprensa. Depoimentos de colegas e ex-presos políticos, como Paulo Markun, Dileia Frate, Sérgio Gomes e o médico Ubiratan de Paula Santos, revelam o impacto de sua morte e a luta de Clarice Herzog para expor a verdade.

Memoriais

O assassinato de Vlado também inspirou o movimento pela transformação dos antigos centros de tortura em memoriais públicos. O prédio do DOI-Codi paulista, no bairro do Paraíso, foi tombado e reconhecido como Ponto de Memória pelo Ibram. A chamada Casa da

Morte, em Petrópolis, passa por processo semelhante. Trata-se de uma política de memória, não é apenas homenagem, mas um compromisso com a democracia e com o futuro.

Essas iniciativas se tornam ainda mais relevantes num momento em que setores políticos buscam relativizar o golpe de 1964 e reabilitar o discurso autoritário. É indecente comparar a anistia recíproca de 1979, que blindou torturadores e assassinos do regime, com as tentativas atuais de conceder perdão aos responsáveis pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Aqueles que hoje pedem anistia são, muitas vezes, os mesmos que exaltam os algarzes de Herzog, Montenegro, Bonfim e Fiel.

A lembrança de Vladimir Herzog é um alerta. Ela denuncia o preço do silêncio e o perigo da indiferença. Como escreveu Dom Paulo Evaristo Arns, “a morte de um homem justo pode mudar o destino de um país”. Herzog foi esse homem. Cinquenta anos depois, o corpo de Vlado numa cela de uma unidade militar continua a nos interpelar, como símbolo do jornalismo livre e da dignidade humana. A democracia só se sustenta quando a verdade seja dita e a memória é preservada.